



Fragmentação socioespacial: reflexões a partir de condomínios fechados e *shopping centers* em Belo Horizonte

Socio-spatial fragmentation: reflections from
gated condominiums and shopping malls in Belo
Horizonte

Eduardo Marchetti Pereira Leão da Motta, mestrando em
Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG),
emottam@hotmail.com

RESUMO

O capitalismo, por consequência de crises inerentes ao sistema, cria novas formas de produção e reprodução do espaço para a constante acumulação do capital. Transformações socioeconômicas recentes como a ascensão do pós-fordismo, neoliberalismo e globalização impactam e reestruturam o espaço urbano principalmente das grandes cidades. A fragmentação socioespacial é identificada como um processo resultante dessas mudanças, acumulando novos elementos e práticas à urbanização latino-americana baseada no modelo segregador Centro-Periferia. A proliferação de condomínios fechados e de *shoppings centers* é analisada particularmente em Belo Horizonte conformando as relações sociais de seus cidadãos nesses enclaves fortificados contemporâneos.

Palavras Chave: fragmentação socioespacial; segregação socioespacial; condomínios fechados; *shoppings centers*; Belo Horizonte.

ABSTRACT

Capitalism, as a consequence of crises inherent in the system, creates new forms of production and reproduction of space aiming the constant accumulation of capital. Recent socioeconomic transformations such as the rise of post-Fordism, neoliberalism and globalization impact and restructure the urban space mainly of large cities. Socio-spatial fragmentation is identified as a process resulting from these changes, accumulating new elements and practices to Latin American urbanization based on the segregator Center-Periphery model. The proliferation of gated condominiums and shopping malls is analyzed particularly in Belo Horizonte, shaping the social relations of its citizens in these contemporary fortified enclaves.

Keywords: socio-spatial fragmentation; socio-spatial segregation; gated condominiums; shopping malls; Belo Horizonte.

SEGREGAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

Entende-se a (re)produção do espaço como estratégia relevante para o capitalismo contemporâneo, vinculando a hegemonia do capital financeiro ao imobiliário na destruição, construção e reconstrução de espaços. A reprodução econômica muito se realiza por meio da produção do espaço, estando a esfera material de sobremaneira ligada àquela do território, entendido enquanto permeado de relações de poder (CARLOS, 2012). Sabe-se, também, que o capital engendra todo um sistema que vai além da dimensão econômica, penetrando nas relações sociais do cotidiano e condicionando estilos de vida, inclusive como forma de se reproduzir e se perpetuar.

As grandes desigualdades que marcam os países latino-americanos, no geral, e o Brasil, em especial, têm fortes influências sobre a organização do território, bem como a configuração espacial também tem impactos sobre as relações sociais. A máxima de Villaça (2011, p. 37) de que “nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado/compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade” é basilar para as análises desenvolvidas neste trabalho.

A segregação socioespacial é característica inerente ao meio urbano em economias capitalistas. Assim, a cidade, sob a égide capitalista, é desigual, e o processo de urbanização tem produzido e reafirmado muitas das existentes injustiças e desigualdades. A segregação é um fenômeno que, de modo geral, materializa espacialmente a divisão social em classes e que também requer uma análise criteriosa e complexa para o enfrentamento dessa questão. No entanto, podem existir situações em que ocorre proximidade física entre grupos sociais heterogêneos com forte estigmatização e separação simbólica entre ambas as partes ou distanciamento físico entre grupos homogêneos, o que complexifica o debate do tema. Como Bichir (2006) bem afirma,

No Brasil, a complexidade e a confusão em torno do tema também estão presentes, como se pretende demonstrar. Diversos autores associam a segregação residencial à falta de acesso a serviços essenciais, às políticas públicas estatais (Camargo et al., 1976; Oliveira, 1977; Kowarick, 1979). Outros associam a segregação à própria formação das áreas periféricas nas principais metrópoles brasileiras (Santos e Bronstein, 1978; Santos, 1979; Vetter e Massena, 1981; Bonduki e Rolnik, 1982; Villaça, 2000). Muitos destacam a relevância da concentração de certos grupos sociais na definição dos fenômenos (Villaça, 2000; Marques e Torres, 2005), divergindo, entretanto, quanto aos grupos sociais que devem ser analisados, e sobretudo, quanto aos mecanismos que geram essas distribuições espaciais dos grupos sociais. (BICHIR, 2006, p. 16).

Autores como Prévot-Schapira (2001), Sposito (2011) e Mendes (2011) aludem o processo de fragmentação da cidade à perda de sua unidade espacial. A falta de coesão entre as áreas urbanas, a ação e apropriação do espaço se dariam de forma parcelar, pois cada grupo social atuaria de forma segmentada de acordo com suas particularidades: renda, escolaridade, perfil cultural, idade, estilo de vida etc. De certo modo, também Souza (2008) concordaria com essa visão ao afirmar que fragmentos são “partes, frações de um todo que ou não se conectam mais, ou quase não se conectam mais umas com as outras” (SOUZA, 2008, p. 56).

Críticas a essa análise, Lacerda e Bernardino (2014) questionam se a propalação do fim da unidade espacial da cidade não estaria levando também a estudos e ações parcelares sobre o espaço. Admitir essa condição corresponderia a negar a diversidade de formas e intensidades dos fluxos

intraurbanos de pessoas e matéria propiciada pela mobilidade e pela comunicação. As autoras supracitadas referem-se à fragmentação espacial como

[...] a divisão da cidade em partes (*fragmentos*) que podem ser individualizadas, a partir da identificação dos diversos padrões de uso e ocupação do solo, bem como dos níveis de provimento das infraestruturas, mais particularmente das redes de mobilidade de matéria (pessoas e bens) e informação. Esses níveis, por sua vez, definem o *grau de integração* de cada uma das partes com as demais e, até mesmo, com as de outras cidades do país e do exterior (LACERDA, 2012, p. 22).

A fragmentação e a integração corresponderiam a dois movimentos de um mesmo processo de estruturação das cidades brasileiras e que ao analisar a fragmentação deve-se levar em conta aspectos cruciais como a quantidade de fragmentos; sua forma geométrica, dimensão e disposição espacial; suas características físico-ambientais e, principalmente; a diversidade de integração entre essas partes (LACERDA; BERNARDINO, 2014, p. 205).

É significativa a premissa de que a segregação possui variadas causas como a desigualdade de renda (entre grupos sociais e indivíduos); representa a busca de status de determinados segmentos sociais (como por exemplo a dita “autossegregação” em condomínios fechados de classe média/alta); guarda muita relação com a influência e certos imperativos do mercado imobiliário; é produto de fatores econômicos, sociais e culturais; relaciona-se com a distribuição de equipamentos urbanos e serviços públicos; e também com as intervenções, os investimentos públicos e as políticas urbanas. Portanto, a segregação, assim como a pobreza, pode ser considerada um fenômeno multidimensional.

Em uma leitura oposta, Lacerda (2012) rejeita as noções de segregação e exclusão espacial. A partir do momento em que se entende que as cidades brasileiras nasceram fragmentadas, a perspectiva dualista baseada em áreas excluídas e segregadas não serve de base para a análise da evolução histórica da estrutural espacial urbana. Esta é tributária de uma série de processos de natureza variada (social, política, econômica, cultural etc) que complexifica e “exige uma análise particular e abrangente, considerando, inclusive, escalas de integração (local, metropolitana, nacional, continental e mundial)” (LACERDA, 2012, p. 23). Não seria possível, portanto, pensar em áreas segregadas e excluídas, visto que todos os fragmentos possuem interrelação com pelo menos alguma outra parte da cidade ou de um espaço em escala superior (região, estado, país, mundo). Os paradigmas da cidade dual e da cidade polarizada empobreceriam qualquer análise sobre a estruturação intraurbana, pois invisibilizam a diversidade de práticas e processos de uso e apropriação do espaço.

Na metrópole latino-americana contemporânea, somente a dualidade centro-periferia não serve mais para caracterizar o espaço segmentado socialmente. A literatura percebe que, desde os anos 1980, tem havido uma ruptura dos padrões de organização socioespacial dessas grandes metrópoles devido, em grande parte, à transição do modo de regulação fordista para uma crescente internacionalização da economia (pós-fordismo, acumulação flexível, globalização). Assim, reverberando no espaço urbano, o modelo caracterizado pela combinação de “desigualdades, integração e mobilidades sociais” estaria dando lugar a um outro com marcada polarização, mas também com fragmentação da estrutura socioespacial, autoisolamento das classes superiores (condomínios fechados) e crescente periferização dos pobres (MENDONÇA, 2002, p. 23-24).

Desde o último quarto do século passado é notável o crescimento do debate acadêmico sobre como as transformações socioeconômicas estariam rebatendo no território. Transformações essas que correspondem à transição do fordismo para a acumulação flexível, à globalização, ao neoliberalismo, enfim, a uma nova ordem socioeconômica mundial a qual estaria modificando, também, o espaço, principalmente, das grandes cidades. As grandes cidades, metrópoles, cidades globais são os agentes principais neste cenário mundial, com papel mais preponderante ainda do que as nações. Dentro dessa discussão, a noção de fragmentação emerge com potencial explicativo dessa dita reestruturação.

Assim como a segregação, a fragmentação também pode ser considerada um conceito polissêmico e um fenômeno multidimensional: sua aceção vai depender do contexto em que for utilizada e de quais aspectos (causas, consequências, dimensões) estiverem sendo enfatizados. Logo, as argumentações teóricas que acompanham esses conceitos é que darão maior sentido e esclarecimento do que se pretende advogar.

Uma das primeiras referências nacionais sobre o conceito de fragmentação foi utilizado por Milton Santos no livro “Metrópole corporativa fragmentada. O Caso de São Paulo” de 1990. Santos critica o processo de periferização que não foi acompanhado pela ampliação da rede de transporte público e que as várias horas passadas dentro de um ônibus ou metrô podem ser consideradas como um “prolongamento da jornada de trabalho (além dos muros da fábrica), pois reduz o tempo livre do trabalhador e aumenta o seu desgaste físico e mental” (BATISTA, 1977 apud SANTOS, 1990, p. 85). Sua noção de fragmentação remete à relativa imobilidade dos pobres, o que se configura quase em uma situação de isolamento. Deslocamentos básicos seriam realizados em virtude, principalmente, do trabalho e consumo. Quando ocorre a imobilidade – e, portanto, isolamento - total dos pobres, a cidade criaria verdadeiros guetos e transformaria sua fragmentação em desintegração (SANTOS, 1990).

Já para Souza (2000; 2008) estaria em curso um processo de fragmentação sociopolítico-espacial do tecido urbano. Difere-se da noção de fragmentação em Santos (1990), pois ela “não é meramente setorial, mas, por outro lado, também não é propriamente sociopolítico-espacial” (SOUZA, 2000, p. 216), entendendo que a concepção deste último prioriza as relações de poder que definem e delimitam o espaço, fazendo referência ao conceito de “território”, enquanto o primeiro foca no aumento das disparidades econômicas em contraposição ao processo “homogeneizante” da globalização. Metaforicamente, Souza (2008) nos fornece uma boa e simples imagem representativa da cidade fragmentada ao afirmar que a

Fragmentação tem a ver, obviamente, com fragmentos. E fragmentos são partes, frações de um todo que ou não se conectam mais, ou quase não se conectam mais umas com as outras; podem ainda ‘tocar-se’, mas não muito mais que isso. Claro está, ou deveria estar que se trata de muito mais que de um processo de ‘diferenciação’. Menos óbvio é que se trata de algo que vai além, até mesmo, de um processo de ‘segregação’. (SOUZA, 2008, p. 56).

Na passagem da década de 1970 para 1980 teria havido um aumento do processo de territorialização das favelas pelas quadrilhas de traficantes de drogas. Como consequência, “as comunidades foram se fechando”, reduzindo interação entre moradores de favelas diferentes pela rivalidade entre os diferentes grupos de criminosos. Esse aumento da criminalidade – e da sensação de insegurança (real ou não) – foi um dos motivos que impulsionou o “escapismo” das classes média e alta em condomínios fechados fora do centro tradicional e do eixo residencial tradicional das elites (SOUZA, 2000). Entende-se, assim, que o processo de fragmentação sociopolítica-espacial do tecido urbano reduz a mobilidade intraurbana: no entanto, para os mais

abastados, esse processo é desejado e criado (autossegregação); já para os menos favorecidos representa uma situação de segmentação do território, resultando em exclusão e restrição de liberdades.

Para Lefebvre (1991), a trindade capitalista Terra-Capital-Trabalho se manifesta em um espaço institucional marcado pelos processos de homogeneização, fragmentação e hierarquização. O primeiro processo representa a produção de elementos e materiais globais; esse espaço homogêneo fragmenta-se em “parcelas, em “lotes”, em “pedaços”. Essa divisão do espaço facilita sua dominação e seu controle e, em última instância, produz guetos e outras formas socioespaciais de isolamento. A possibilidade da reprodução de um espaço simultaneamente homogêneo e fragmentado se dá tendo em conta o poder político e a ação política de seus aparelhos administrativos que difundem a racionalidade do urbano baseada nos ciclos de acumulação do capital. Fragmentado, o espaço se hierarquiza ao se estabelecerem funções e o lugar de cada um na cidade: “espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais” (LEFEBVRE, 1991, p. 7) [...] “desde lugares abjetos a nobres, desde lugares interditos a lugares soberanos” (LEFEBVRE, 1991, p. 222).

A acepção do processo de homogeneização de Lefebvre (1991) se assemelha às características da globalização referida por Carlos (1994). Tanto a globalização quanto a fragmentação se dão no plano do espaço e do indivíduo, atuando na dissolução de relações sociais e costumes tradicionais e na apropriação privada de um espaço que é produzido socialmente. O que subjaz a toda essas mudanças é a crescente submissão do valor de uso ao valor de troca, condição natural do capitalismo, e que permeia a (re)produção do espaço e as relações sociais (CARLOS, 1994).

Botelho (2007) afirma que a crescente relevância e integração do capital imobiliário com o capital financeiro contribui para o aprofundamento da segregação socioespacial. Segregação esta que é resultado dos processos de valorização imobiliária e de fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano. Os mais abastados se segregam e produzem espacialidades compartimentadas, como os condomínios residenciais fechados e os *shopping centers*, enquanto os mais pobres, cada vez mais periféricos, são parcamente beneficiados pelo que Lefebvre (1999) chamou de positividade do urbano. Em última instância, a radicalização da tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização culmina na anti-cidade, na não-cidade, onde a unidade da diversidade é perdida e a cidade, como lugar tradicional do encontro, se perde (BOTELHO, 2007).

Reconhece-se que a fragmentação das cidades se dá em um contexto de globalização e reestruturação pós-fordista (SALGUEIRO, 1998; SOJA, 2008; CHÉTRY, 2014; ANDRADE, 2016), embora haja reflexões sobre a fragmentação nas cidades brasileiras no período colonial materializando espacialmente a estrutura social, econômica, política e cultural vigentes por meio da casa grande-senzala (LACERDA, 2012; LACERDA; BERNARDINO, 2014). No entanto, há intenso debate teórico, porém, sem consenso se há uma nova ordem na estrutura urbana ou se ainda persistem antigas formas com algumas mudanças. Mesmo considerando este um debate internacional, o que demonstra a relevância e generalização do fenômeno, as repercussões sobre os territórios se dão no nível local, dificultando e impedindo análises gerais sobre as consequências que dependem de especificidades históricas (ANDRADE, 2016). Para Soja (2008), a ordem social do urbano contemporâneo não pode mais ser definida a partir de modelos familiares e convencionais de estratificação social e divisão de classes duais ou contrapostas (burguesia e proletariado; ricos, classe média e pobres; pretos e brancos). Esta nova sociedade está organizada em complexos padrões e é fluida, fragmentada, descentralizada, constituindo-se na chamada cidade fractal. A multiplicação de *shoppings centers* e condomínios fechados, a crescente

privatização de espaços públicos e relevância de espaços privados, a aproximação – justaposição – entre ricos e pobres e a relativização do padrão centro-periferia são considerados como evidências dessa suposta nova ordem (LAGO, 2002; SANTOS, 2013; CHÉTRY, 2014; ANDRADE, 2016).

Tomam-se dois desses elementos para se analisar com maior profundidade para a realidade de Belo Horizonte: a multiplicação de *shoppings centers* e condomínios fechados. Ambos podem ser relacionados com o aumento da violência, da sensação de insegurança, com o esvaziamento dos espaços públicos e do desejo, inicialmente mais relacionado às elites, de se manter à parte da “cidade real” e de conviver com seus pares em ambientes privados ou quase-privados. Ambos também podem ser considerados enclaves fortificados ao exacerbar a dimensão da segurança e cultivar um “relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade” (CALDEIRA, 2000, p. 258-259).

CONDOMÍNIO FECHADOS

No clássico “Enclaves fortificados: a nova segregação urbana”, Caldeira (1997) caracteriza esses espaços como privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho, tendo sido inicialmente idealizados como solução para o medo da crescente violência. O contexto é de reestruturação econômica marcada pela emergência do novo padrão de acumulação flexível, terceirização, financeirização, dentre outros, projetando São Paulo na concorrência internacional como uma cidade global. Ocorre o deslocamento de comércios e serviços do centro tradicional para áreas mais periféricas (*shopping centers* e escritórios), similar ao que Soja (2008) caracterizou como as *exópole* com sua natureza fragmentada e cada vez mais policêntrica.

Mais recentemente, a partir do início do século XXI, os ditos enclaves fortificados se diversificaram e não podem ser mais considerados somente destinados à classe alta como era de início. A disseminação de práticas securitárias para habitação de grupos de média e baixa renda tem se multiplicado nas periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte (VIANA CERQUEIRA, 2015). Muito devido às então novas diretrizes em termos de política habitacional e de concessão de crédito que tem estimulado outros segmentos sociais (e outras áreas da cidade) a consumirem (e serem consumidas) de forma significativa (COSTA; MENDONÇA, 2010).

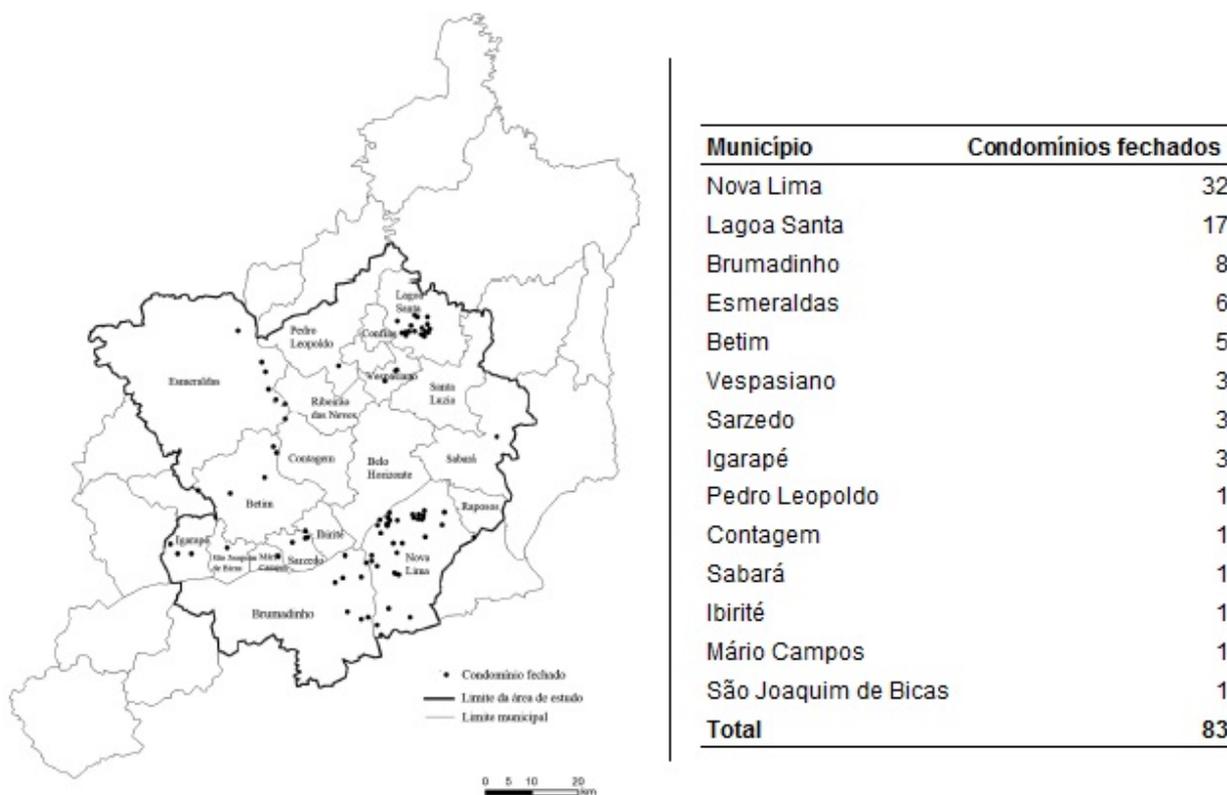
Tais fatores auxiliam na compreensão de como as periferias vêm se transformando tanto espacial quanto socialmente. Tradicionalmente, a periferia - bem como as favelas - é tida como o lugar da precariedade, da ausência, da falta, da violência e da vulnerabilidade socioeconômica. Fato é que ela tem se heterogeneizado e esses novos fatores produzem novas nuances no padrão Centro-Periferia, devendo este ser entendido como macrodinâmica e tendência estruturadora dos processos socioespaciais metropolitanos, mas não como mero reflexo espacial da sociedade.

A proliferação a partir dos anos 1990 dos condomínios fechados na RMBH pode ser explicada pelos anseios das elites por segurança, proximidade com a natureza – muito embora na forma de simulacro -, status social e convivência com seus pares (VIANA CERQUEIRA, 2015). Entretanto, desde os anos 1950 já se registram os primeiros loteamentos com um pico de parcelamentos nos anos 1970, tendo os moradores iniciais que arcarem com os custos de instalação de água, esgoto, luz e telefone, já que apenas a rua era aberta pelo loteador. O primeiro município – e que ainda é o principal em termos de quantidade – a receber os condomínios fechados foi Nova Lima, no vetor sul da RMBH, notadamente o eixo da classe mais abastada (ANDRADE, 2006). Viana Cerqueira (2015, p. 201) destaca que tanto em Nova Lima quanto em Brumadinho os condomínios foram

implantados de forma “dispersa e descontínua da malha urbana” para se aproximarem de rodovias e da paisagem natural, evidenciando o caráter fragmentário dessa tipologia habitacional.

Atualmente, de acordo com o perfil dos moradores, o Vetor Sul e o Vetor Norte são os mais atrativos para grandes construtoras implantarem condomínios fechados. Nova Lima e Brumadinho, no Vetor Sul, contam com quase a metade do total da RMBH. Já Lagoa Santa, no Vetor Norte, destaca-se com 17 unidades. Esses três municípios tendem a reunir os mais luxuosos da RMBH.

Figura 1: Condomínios fechados na RMBH (dados de 2013)



Fonte: Adaptado de Viana Cerqueira (2015)

Estão em andamento obras para a construção de um grande empreendimento imobiliário no município de Nova Lima, Vetor Sul da RMBH. Trata-se do condomínio Costa Laguna, com previsão de inauguração para maio de 2017. Serão 593 lotes de 525 m² a 1.250 m² em uma área total de mais de 600.000 m². Por meio de informações retiradas do site do empreendimento, notam-se elementos que remetem a um “ideal” de moradia, de cidade e de estilo de vida: a região é considerada “estratégica” e promissora, inspira “sustentabilidade” e “modernidade” e possui atributos como a “beleza” e o “charme”. Também é enfatizada a questão da segurança com uma estrutura disposta 24h por dia, controle de acesso, circuito interno de televisão e uma portaria com guarita blindada. Outro atrativo é a “ampla rede de serviços e facilidades” e uma “infraestrutura completa” com escolas, cursos de inglês, centros comerciais, padaria, sacolão,

salão de beleza, boutiques, *pet shop*, academia, consultórios médicos e odontológicos, clube, hotel e serviço de remoção médica.

A expansão de condomínios fechados no Vetor Sul da RMBH tem ampliado os conflitos em relação ao uso e ocupação do solo, pois também é uma área de mineração e de recursos hídricos (COSTA, 2003). A região limítrofe entre Belo Horizonte e Nova Lima pode ser considerada um polo em desenvolvimento do setor terciário avançado, denotando a crescente importância do setor de serviços para a cidade pós-industrial (SALGUEIRO, 1998). Vem sendo realizados investimentos não só neste segmento, mas também voltados para a tradicional atividade minerária, indústria de transformação de alta tecnologia, além da impulsão à construção civil e à prestação de serviços pessoais associados ao consumo de bens alimentícios, lazer e cultura, muito em virtude dos condomínios fechados (UFMG, 2014).

O condomínio em questão faz parte de uma estratégia maior de desenvolvimento de uma centralidade no Vetor Sul da RMBH. A CSul – Desenvolvimento Urbano é uma empresa criada a partir da união de outros cinco grupos empresariais (que atuam em diversas áreas como Construção Civil, Agribusiness, Consultoria Imobiliária, Hotelaria, T.I., Reflorestamento, dentre outros) que nasceu para desenvolver projetos multisetoriais no Vetor Sul da RMBH. No próprio *site* da empresa, consta que essa possibilidade de investimento foi aventada a partir do PDDI-RMBH com a proposta de fortalecer centralidades na região metropolitana. Ancorado na Lagoa dos Ingleses, o projeto tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico, social, cultural e urbanístico da região por meio da manutenção dos atuais negócios e atração de novos investimentos em diversas áreas em um horizonte temporal de 50 anos.

Tem-se notado que o Vetor Sul tende a consolidar-se como uma centralidade na RMBH, dada sua ampla oferta de comércio, serviços, geração de empregos, residência, lazer, cultura etc. O policentrismo e a dispersão são alguns dos elementos que configuram a fragmentação da metrópole contemporânea (SALGUEIRO, 1998; LACERDA, 2012). A O primeiro elemento representa, portanto, a diminuição da relevância e especificidade do centro tradicional concomitante ao surgimento de polos de comércio e serviços em áreas mais periféricas. A dispersão é tida como a ruptura na continuidade da mancha urbana como definição do espaço metropolitano. Entretanto, não se nega a ainda grande interrelação e dependência dessas novas centralidades com o núcleo metropolitano.

Para retomar a questão dos condomínios fechados - principalmente aqueles voltados para a classe alta - nas “novas periferias”, entende-se que é demandada uma série de bens e serviços para sua manutenção e consumo. Dessa forma, cria-se no entorno imediato dessas áreas uma oferta de lojas, mercearias, supermercados, restaurantes, bares, bem como prestadores de serviços domésticos que, muito provavelmente, já residiam no local e se beneficiam dessa externalidade positiva advinda dos condomínios como novos demandantes de trabalho. Essa proximidade física de grupos sociais diferentes caracteriza a justaposição, podendo ser analisada como mais um aspecto do espaço fragmentado e da relativização do dualismo centro-periferia.

Apesar de ter havido na última década um aumento estimado em 200% no número de condomínios fechados na RMBH, segundo dados da Câmara do Mercado Imobiliário e Sindicato das Empresas do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI/Secovi-MG), nota-se um pequeno contrafluxo nessa tendência. Não há uma estatística oficial, mas muitas famílias têm deixado esses enclaves na periferia para residir em apartamentos no município de Belo Horizonte. Os motivos citados se referem a um trânsito cada vez mais caótico para percorrer grandes distâncias, fazendo com que se passe várias horas por dia dentro do carro, resultando em fadiga física e psicológica.

Além disso, foi mencionada a necessidade de se deslocar sempre de carro para realizar qualquer tipo de compra ou outro deslocamento simples (padaria, supermercado, levar filhos à escola etc). O crescente número de condomínios teria dificultado a acessibilidade a essas áreas (AYER, 2012).

SHOPPING CENTERS

A partir da Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE), sua definição é a de um empreendimento com área bruta locável superior a 5 mil m², diversas unidades comerciais, administração única e centralizada, que pratica aluguel fixo e percentual e podendo contar com lojas âncoras e estacionamento.

Ao analisar outras definições em Gonçalves e Matos (2012), nota-se que há sempre referência ao automóvel e estacionamento. A construção de rodovias e a proliferação do transporte individual são elementos que favoreceram tanto o sucesso dos *shopping centers* (doravante SC) quanto dos condomínios fechados. É possível pensar que a circulação dentro de automóveis na cidade promove também uma espécie de fragmentação da própria sociabilidade e do espaço onde se dariam tais interações. A individualização do transporte reduz a possibilidade do encontro inesperado e do convívio com o outro, o diverso, sendo a alteridade, portanto, um aspecto secundário no cotidiano contemporâneo.

As características que se destacam nesses centros comerciais como localização, tipos de lojas, acessibilidade, preço, dentre outras, determinam um público alvo específico com tendência à sua homogeneidade. Dessa forma, percebe-se que a convivência entre iguais promove sensação de segurança, de pertencimento a um “lugar comum”, enfim, de identidade. Este “lugar comum” é, na verdade, um exemplo de não-lugar na medida em que tempo e espaço desaparecem – não se percebem relógios nem janelas nesses ambientes. Uma espécie de bolha na qual são isolados todos os problemas reais da cidade (violência, trânsito, poluição sonora e atmosférica, pobreza, mendicância etc) e tem-se um ambiente neutro, de padrão internacional. Essa bolha é um fragmento que está isolado ou pouco conectado com a cidade ao seu redor.

Essa sensação auxilia, psicologicamente, na propensão ao consumo nas lojas do SC. Portanto, realiza-se a segmentação socioespacial (diferentes perfis de empreendimentos para diferentes grupos sociais) como estratégia do capital para se reproduzir.

A organização espacial é um eficaz mecanismo do exercício do poder (MORAES, 1987). Foucault já afirmava que o poder se encontra nas relações sociais cotidianas na microescala e que a normalização dos comportamentos é um instrumento do poder disciplinar (POGREBINSCHI, 2004). A perspectiva adotada por Foucault permite a reflexão dos comportamentos que seriam induzidos por meio dos microespaços (como SCs e condomínios fechados). A indução leva a uma suposta naturalização deste processo que é útil ao capital.

A ideia semelhante a um centro de compras com variedade de oferta remonta à Paris do século XVIII com as galerias (ou *Galleries*). Já na sua versão moderna, tem ligação com os Estados Unidos no pós 2ª Guerra Mundial, época de “anos dourados” do capitalismo mundial e aumento do potencial de compra da população. O desenvolvimento da indústria automobilística e a migração da população para as áreas periféricas contribuíram para o sucesso desse tipo de empreendimento (BRANCO et al., 2007). Lembrando que a expansão das cidades americanas se deu com subúrbios ricos e centros habitados pelas classes mais baixas, em guetos muitas vezes, em um padrão de estruturação socioespacial oposto ao brasileiro – e latino-americano de forma

geral – e identificado com o modelo de segregação de Burgess. Automóveis e migração para a periferia são dois fatores que podem ser relacionados ao processo de fragmentação, como já enunciado aqui. Soma-se a isso o afastamento das zonas centrais tradicionais de comércio e a anunciação de novas centralidades.

O primeiro SC no Brasil foi o Iguatemi, inaugurado em 1966 na cidade de São Paulo. Já na década de 1970 eles se proliferam por outras partes do país, tendo Belo Horizonte sua primeira unidade no ano de 1979 com o BH Shopping. Atualmente, constam, oficialmente, 19 na capital mineira, tendo havido um crescimento expressivo na década de 1990, como se pode verificar na tabela a seguir.

Tabela 1: Evolução de *shopping centers* em Belo Horizonte

Ano	Quantidade	Varição absoluta	Varição relativa
1980	1	-	-
1985	1	0	0%
1990	3	2	200%
1995	9	6	200%
2000	12	3	33%
2005	14	2	17%
2010	17	3	21%
2015	19	2	12%

Fonte: *Elaboração própria a partir de dados da ABRASCE.*

Das nove regionais de Belo Horizonte, só não constam SCs na Norte, Noroeste e Leste. A Centro-Sul é a que mais abriga esses empreendimentos (9), seguida pela Nordeste (3), Pampulha, Venda Nova e Oeste (2 cada). No Barreiro há somente um SC. Verifica-se, portanto, clara concentração onde habita as camadas abastadas da capital (Zona Sul) e onde há maior fluxo de pessoas (Centro).

As grandes taxas de crescimento observadas na década de 1990 são consonantes com o contexto de globalização e neoliberalismo. A mercantilização dos espaços e das relações sociais bem como a tendência à homogeneização desses elementos se dão por meio da proliferação dos SCs em clara oposição ao espaço público, em decadência.

A nível nacional, os SCs correspondem a 19% do comércio varejista que por sua vez é responsável por 42% do comércio geral que representa 13% do PIB (dados de 2014). Na região Sudeste estão localizados quase 55% desses empreendimentos, com destaque para as cidades de São Paulo (52 unidades) e Rio de Janeiro (39 unidades), sendo os dados de 2015. Porém, ao se analisar a quantidade relativa pela população (área bruta locável por mil habitantes) tem-se destaque para as regiões metropolitanas de Fortaleza e Salvador, com 105,5 m² e 102,6 m² por mil habitantes, respectivamente (dados de 2014). A quase totalidade dos frequentadores (93%) são da classe A, B e C1, com renda média familiar de R\$ 6.550,00 por mês, mais que o dobro da média nacional (dados de 2012). De 2000 a 2015, o número de unidades quase duplicou no país, indo de 281 a 538, com seu faturamento aumentando vertiginosamente de R\$ 26 milhões para R\$ 151 milhões. Os lançamentos mais recentes estão sendo voltados para cidades com até 500 mil habitantes, ou seja, com tendência de descentralização espacial dos investimentos (BANCO BRADESCO, 2016).

Assim, os SCs se apresentam como ambientes hermeticamente fechados e sem grande conexão com seu entorno e a cidade de forma geral, portanto, fragmentados. Apresentam-se como espaços homogeneizados, de padrão internacional e direcionados a estimular o consumo, sendo este, no capitalismo, uma forma de inclusão social. O acesso a esses locais é mediado pelo mundo das mercadorias, cuja lógica já conduz a urbanização há décadas, e transforma as percepções e relações sociais e com o espaço.

REFLEXÕES FINAIS

A dominação e hegemonia de classe é mantida por meio da organização espacial que hierarquiza grupos sociais de tal forma que seja visto como um processo natural e, portanto, não sujeito a contestação. Também o Estado, que deveria ter o suposto papel de buscar justiça social e redução das desigualdades, contribui para a manutenção dessa dinâmica por meio de uma legislação seletiva e exclusivista. Quando ocorrem benesses através da instituição de direitos sociais, estes são vistos muito mais como concessões do Estado do que como conquistas da sociedade civil.

Sendo a cidade um lugar democrático e do encontro, onde seus espaços públicos devem servir para a sociabilidade entre diferentes grupos sociais, assiste-se a um aumento progressivo da importância dos espaços privados em detrimento do público. Nesse sentido, mesmo os SCs, espaços privados, mas abertos ao público, possuem diferentes características (localização, acessibilidade, tipos de lojas, preços, ambiente) que conseguem segmentar o tipo de consumidor que se deseja. Um ambiente ameno que reúne todas as condições propícias para o consumo. Os condomínios fechados representam o desejo da convivência entre iguais, é a recusa de se vivenciar a cidade de forma plena, apesar de todos seus problemas e desafios. Portanto, SCs e condomínios fechados simbolizaram, a princípio, uma forma de autoexclusão das elites, embora hoje reconheça-se que o desejo de se morar e consumir nesses espaços também seja materializado pelas classes médias, muitas vezes como anseio de um estilo de vida da classe alta. Cabe aqui lembrar a crítica de Lefebvre (1991) à produção capitalista do espaço que destrói a vida cotidiana e o nível de civilização associado anteriormente à cidade.

Em uma metrópole possivelmente fragmentada, com baixo nível de integração e alta dependência de uma centralidade, são necessárias políticas articuladas entre os municípios visando fortalecer uma rede metropolitana de centralidades para integrar territórios fragmentados e dispersos. Contribuições com potencial, como as propostas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH, versam sobre uma melhor distribuição (descentralização) de emprego, serviços públicos, infraestrutura urbana e equipamentos de uso coletivo, bem como atrativos culturais e outros tipos de oportunidades sociais. Dessa forma, distâncias são reduzidas, obtém-se um trânsito menos denso e mais fluido, proporcionando maior qualidade de vida aos moradores.

Embora não haja consenso no debate acadêmico sobre a fragmentação socioespacial nas grandes metrópoles, fato é que está em curso um processo de reestruturação desses espaços urbanos urbanos. A justaposição de grupos sociais distintos no espaço, a produção de “novas periferias”, a multiplicação de novas centralidades, os enclaves fortificados como os SCs e os condomínios fechados, a decadência do centro e a crescente relevância dos espaços privados. Todos esses elementos analisados e pensados sob à luz da conjuntura marcada pela acumulação flexível, globalização e neoliberalismo urbano colocam evidências para se pensar a produção contemporânea do espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE). **Desempenho da indústria do shopping center**. Disponível em: <<http://www.portaldoshopping.com.br>>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de. Os condomínios fechados e as novas dinâmicas metropolitanas. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; PEREIRA, Paulo César Xavier; UEDA, Vanda. (Org.). **Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina**. 1ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, v. 1, p. 137-158.
- ANDRADE, L. T. Espaço metropolitano no Brasil: nova ordem espacial?. **Caderno CRH (Online)**, Salvador, v. 29, p. 101-118, 2016.
- AYER, Flávia. **Moradores deixam casas em áreas verdes para voltar à selva de pedra da capital. Estado de Minas**, 04 ago. 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/08/04/interna_gerais,309961/moradores-deixam-casas-em-areas-verdes-para-voltar-a-selva-de-pedra-da-capital.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- BATISTA, Ana Valdez Amorim. Nordeste, capital São Paulo. **Contraponto - Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels**, Rio de Janeiro, 2 (2): 127, nov. 1977 apud SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada. O Caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.
- BANCO BRADESCO. **Informações setoriais: Shopping Center**. Disponível em: <http://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_shoppings_centers.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume, 2007. 315 p.
- BICHIR, Renata Mirandola. **Segregação residencial e acesso a políticas públicas no município de São Paulo**. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, São Paulo, 2006.
- BRANCO, Carlos Eduardo Castello; GORINI, Ana Paula Fontenelle; MENDES, Eduardo da Fonseca; PIMENTEL, Marcos de Oliveira. Setor de shopping center no Brasil: evolução recente e perspectivas. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 26 p. 139-190, set. 2007.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**, n.47, p.155-176, mar. 1997.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000. 399 p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Natureza do Espaço Fragmentado. In: SANTOS, Milton. (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 1. ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1994. p. 191-197.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A produção da metrópole o novo sentido do solo urbano na acumulação do capital. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; LIMONAD, Ester; GUSMÃO, Paulo

Pereira de. (Org.). **Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias**. 1. ed., Rio de Janeiro: Letra Capital: ANPUR, 2012. p. 43-56.

CHETRY, Michaël. Os conceitos das metrópole latinoamericana contemporânea: o exemplo da fragmentação socioespacial. **e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 61-67, 2014.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena (Org.). **População, espaço e gestão na metrópole: Novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2003. p. 159-178.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Urbanização recente e disputa pelo espaço na dinâmica imobiliária metropolitana em Belo Horizonte. In XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), 2010, Caxambu. **Anais...** 2010, p. 1-17.

Costa Laguna. Disponível em: <<http://www.costalaguna.com.br>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

CSul Lagoa dos Ingleses. Disponível em: <<http://www.csullagoadosingleses.com.br>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

GONÇALVES, Tiago Estevam; MATOS, Fábio de Oliveira. Reflexões sobre o papel dos shopping centers como espaços de segurança em Fortaleza/CE. **Revista de Geografia**, Recife, v. 29, p. 1-10, 2012.

LACERDA, Norma. Fragmentação e integração: movimentos de reestruturação espacial das metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; LIMONAD, Ester; GUSMÃO, Paulo Pereira de. (Org.). **Desafios ao planejamento**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 21-42.

LACERDA, Norma; BERNARDINO, Iana Ludermir. Fragmentação e integração nas metrópoles brasileiras: retorno a unidade espacial. In: LIMONAD, Ester; Castro, Edna. (Org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 202-227.

LAGO, Luciana Correa do. A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 1, jan-jul, 2002. p. 155-176.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991. 455 p.

MENDES, Luís. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 473-495, 2011.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2002. 269 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Foucault e a Geografia. In: TRONCA, Ítalo. (Org.) **Foucault Vivo**. Campinas: Pontes, 1987. p. 127-136.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 63, p. 179-202, 2004.

- PRÉVÔT, Marie Schapira. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. **Perfiles Latinoamericanos**, Cidade do México, n. 19, p. 33-56, 2001.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Inforgo**, Lisboa, n. 12/13, p. 225-235, jan./jun. 1998.
- SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada. O Caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990. 136 p.
- SANTOS, Elizete de Oliveira. Segregação ou fragmentação socioespacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas. **Geotextos (Online)**, Salvador, v. 9, p. 41-70, 2013.
- SOJA, Edward. **Postmetrópolis: Estudos críticos sobre las ciudades y las regiones**. Madrid: Traficantes de sueños, 2008. 590 p.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368 p.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288 p.
- SPOSITO, Maria Encarnação. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Plano Metropolitano Macrozoneamento RMBH. Produto 2 – Avaliação das tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH e identificação preliminar das Zonas de Interesse Metropolitano**. Belo Horizonte, UFMG, 2014.
- VIANA CERQUEIRA, Eugênia Dória. As novas lógicas de fortificação residencial nas periferias metropolitanas de Belo Horizonte: quais impactos sobre a segregação social?. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 7, p. 195-210, mai./ago. 2015.
- VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.25, n.71, p. 37-58, jan/abr. 2011.